

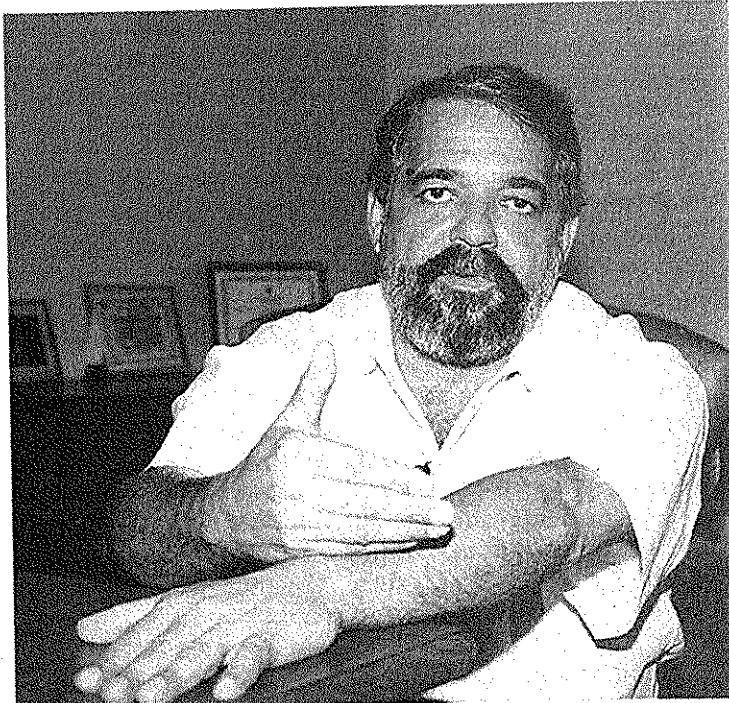
Índios kaimbés mantêm impasse em Maçacará

EUCLIDES DA CUNHA (Do Correspondente de Santa Luz) - Continua o impasse entre os índios kaimbés e não-índios no povoado de Maçacará, neste município. O fato teve início no último dia 7, quando duas imagens foram impedidas pelos não-índios de serem retiradas do templo religioso de Maçacará e levadas para a cidade, onde, a convite do padre Jaime de Oliveira, pároco local, participariam, no dia seguinte, da procissão da padroeira de Nossa Senhora da Conceição.

Esta semana chegaram no local quatro agentes da Polícia Federal e o administrador executivo regional da Funai, João Valadares, juntamente com o auxiliar da instituição, Willians Caribé. Eles prometeram sair do município quando os ânimos forem acalmados. A área indígena de Maçacará possui 8.020 hectares e encontra-se guarnecida, durante o dia, por agentes da Polícia Federal e, à noite, por policiais militares e civis. São cerca de 700 índios kaimbés e 230 não-índios dentro da área indígena, conforme informou o chefe do posto da Funai em Maçacará, Marcos Silva.

Morador expulso

Vários índios tomaram a Rua velha e a igreja do povoado, inclusive a casa de Agílio Costa Guimarães, morador expulso pelos kaimbés na semana passada. Na reunião realizada no gabinete do prefeito Atayde José da Silva, com a presença de João Valadares, Willians Caribé,



João Valadares, administrador executivo regional da Funai

Agílio Costa Guimarães, Otaviano Silva e um agente da Polícia Federal, foi discutida a busca de uma solução imediata para que os problemas na área indígena sejam resolvidas.

Sobre a situação de Agílio Costa Guimarães, o prefeito alugou uma casa na sede do município e mandou buscar os seus pertences em Maçacará. Agradecido, o não-índio disse que não quer mais voltar ao povoado, mas está cobrando da Funai a indenização de sua propriedade. O administrador regional da Funai garantiu que a situação no povoado é irreversível - já que a área é indígena -, "mas as indenizações

têm que ser pagas", observou.

Vários professores não-índios estão querendo ir embora. João Valadares, entretanto, garantiu ao prefeito, durante a reunião, a permanência de todos eles no povoado. O Centro Educacional D. Jackson Berrenguer Prado, escola municipal mantida com recursos da prefeitura, um estabelecimento de ensino fundamental (antigo primeiro grau), tem 385 estudantes matriculados nos três turnos. Na área docente, ensinam 12 profissionais. Sendo que sete são não-índios que estão querendo transferência para outra localidade, segundo comentou a diretora Gilvânia Ferreira Santana (não-índia).